



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16614 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GE Educação e Povos Indígenas

O PIONEIRISMO DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PARA O ÍNDIO: “ONDE CANOA E CANOEIRO VÃO SE QUEBRAR”

Lucielton Tavares de Almeida - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Maria Cristina Leandro de Paiva - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O PIONEIRISMO DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PARA O ÍNDIO: “ONDE CANOA E CANOEIRO VÃO SE QUEBRAR”

1 INTRODUÇÃO

O presente texto integra o debate sobre a alfabetização no âmbito indígena brasileiro, pautado na ênfase em torno da valorização multicultural dos processos de ensino e aprendizagem presentes nas sociedades tradicionais. Trata-se de um recorte de cunho bibliográfico, fruto de uma pesquisa de doutorado em educação em andamento, elaborado sob o objetivo central de conhecer as práticas iniciais de alfabetização na educação escolar indígena. Para sua edificação, a base teórica da pesquisa, caracterizada como qualitativa, se deu à luz dos pressupostos de autores indígenas e não indígenas, a saber: Aracy Silva (1981), Bartolomeu Meliá (1979), Darcy Ribeiro (1995), Florestán Fernandes (1949,1975), Josélia Neves (2009), Luiz Cagliari (2002), Maria Luíza Ribeiro (1987), Paiva (2003; 2005) dentre outros. Ao final, compreendemos que, através de um projeto educacional construído sob a perspectiva de uma Educação para o Índio, as práticas iniciais de alfabetização indígena seguiram a contramão do que defende a natureza da Educação Indígena. Tratando os povos originários como mão de obra para a evolução do Estado-nação em ascensão.

2 DESENVOLVIMENTO – O CONTEXTO DA NAVEGAÇÃO

O subtítulo do artigo faz referência a um trecho escrito por Bartolomeu Meliá (1981) em um debate sobre a assimilação do índio no sistema de mercado

através de um projeto educacional aliado à perspectiva colonial. Nesse sentido, a quebra da canoa e do canoero diz respeito à ineficiência posta pelo modelo de educação iniciado a partir do contato com os europeus no século XVI. O qual, revela-se pela perspectiva unilateral, constituído de uma natureza distinta do projeto educativo elaborado com a participação indigenista. Tal processo, em seu sentido mais restrito, é denominado por *Educação para o índio*, envolvido por agentes estranhos à cultura tradicional, ligados à postura de extermínio cultural e negação às diferenças (Grizzi e Lopes da Silva, 1981).

No presente artigo, cujos escritos se apresentam como navegação em consonância aos elementos citados por Meliá (1981), o processo alfabetizador é analisado enquanto parte do sistema educacional trazido pelos europeus através dos portugueses. Assim, nas páginas seguintes, apresentaremos os resultados de cunho bibliográfico obtidos sobre os aspectos em torno desse processo, bem como informações suplementares que somarão relevância à pertinente navegação dessa viagem pelas águas da alfabetização e da história.

2.1. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA NA EDUCAÇÃO JESUÍTICA DO BRASIL COLONIAL – ÁGUAS TURVAS.

No atual território brasileiro em 1500 já vivia uma significativa população de milhões de indígenas compondo grupos étnicos com seus próprios modos de viver e ver o mundo a partir de suas heranças culturais. Nessas terras, as caravanas enviadas pela Coroa portuguesa, seguindo os desejos de fortalecimento econômico, repetiram aqui o mesmo processo de conquista de territórios nas colônias africanas em busca de lucros e riquezas (Mota e Novak, 2008). Com isso, iniciou a evolução do processo de colonização, incorporando os nativos aos ideais mercantis da ideologia dominante a partir de políticas que favoreciam apenas a elite colonial uma vez que, dentro das suas prerrogativas, eram mínimas as chances para quem se distinguisse do seu modelo padrão, ou seja, ricos, brancos (Ribeiro, 1995).

Concomitante ao processo colonizador, também ocorreu a instauração do primeiro sistema de escolarização no Brasil. Em 1549, Antônio Vieira, José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, junto aos colonos, engendraram a criação das primeiras escolas de ABC, as casas de "bê-á-bá". As quais, levantadas em terras baianas quinze dias após a chegada dos missionários jesuítas, projetadas para a alfabetização e evangelização.

Aos 15 dias do primeiro desembarque, na Bahia, enquanto os portugueses iam construindo a cidade de Salvador, ao lado do Arraial do Pereira, os jesuítas colocavam em funcionamento a primeira instituição educativa em solo brasileiro, que construíram por suas mãos, indo ao mato buscar a madeira e fazendo as taipas. Era uma escola elementar de ler, escrever, contar e cantar,

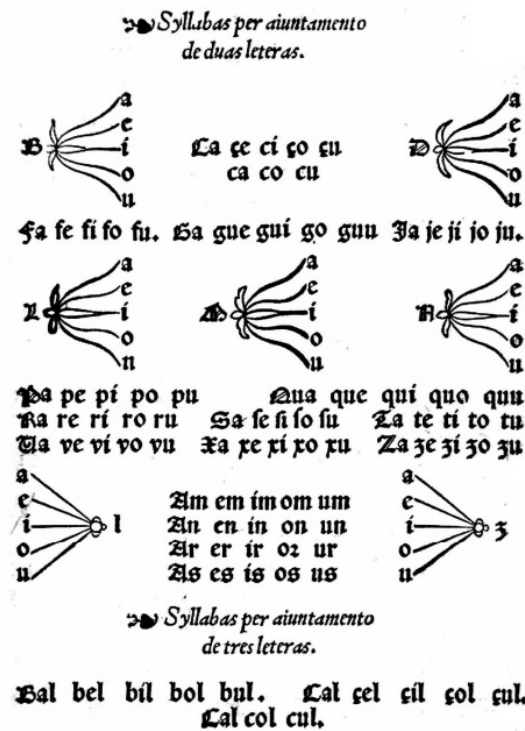
dirigida pelo estudante jesuíta Vicente Rodrigues, de 21 anos de idade, o primeiro mestre escola do Brasil. O Pe. Nóbrega entusiasmou-se tanto com essa iniciativa que na primeira carta ao Provincial, em Portugal, dizia que esta terra é nossa empresa (Klein, 2016, p.2)

As casas instruíam crianças indígenas, órfãos trazidos de Portugal e filhos dos colonos. Além disso, com o aumento do número de escravos, seus filhos também passaram a receber o ensino jesuítico. Para tanto, foi de fulcral importância para os missionários dominar as línguas maternas dos nativos e cumprir sua missão através do trabalho com as habilidades de leitura e escrita.

A função da escola era ensinar os alunos indígenas a falar e a ler e escrever em português [...] assim que os alunos aprendiam a ler e a escrever, a língua indígena era retirada da sala de aula, já que a aquisição da língua portuguesa continuava a ser a grande meta. (BRASIL, 1999, p.119).

Nesse sentido, entendemos que a alfabetização inaugura suas práticas no contexto indígena em consonância ao processo de colonização. Como fruto de uma ideologia soberana, na qual se entrecruzam religião e política com economia e cultura a fim de consolidar as instituições de poder e domínio vigentes. Assim como acontecia em Portugal, para instruir as crianças a ler e escrever, os jesuítas também utilizaram como método a "Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja", obra de João de Barros (1539) que chegou ao Brasil no final do século XVI e foi, possivelmente, o primeiro livro ilustrado da história também utilizado para evangelização. Para alfabetizar, a base do seu conteúdo é o método sintético, no qual, conforme Galvão e Leal (2005), o início da aprendizagem da escrita é previsto a partir de unidades menores (letras, sílabas ou fonemas) para, em seguida, analisar as unidades maiores (palavras, frases e textos). A Figura 1 apresenta o ensino das sílabas pelo método sintético na obra de João de Barros (1539).

Figura 1 – O ensino das sílabas na "Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja" (1539)



Fonte: Gabriel Araújo (2008).

À luz do que apresenta a figura é possível notar que o ensino da leitura e escrita com foco na aprendizagem gramatical da língua portuguesa centrava-se no trabalho mnemônico. Por meio do qual, os jesuítas entendiam que as crianças memorizavam os ensinamentos mais rapidamente através da constante repetição (Casimiro; Silveira, 2012). Assim, paralelo ao o ensino gramatical, a obra também foi utilizada para internalizar valores da doutrina cristã, conforme constatamos na Figura 2.

Figura 2 – Oração e mandamentos da Igreja católica na “Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre Igreja” (1539)

Deos te fálue rainha mádre de misericórdia: doçura da vida e esperança nóssa, deos te fálue. A ti bñadamos de ferra dos filhos de Eua. A ti suspiramos gemendo e chorando, em este vâlle de lagrimas. E ya pois auogada nóssa: volue a nós aquelles teus misericordiôsos ôlhos. E depois deste de ferra nos môstra a Jezu bento fructo do teu ventre. O clemente, O piadôsa, O doçe virgem seimpze Maria.

Os dez mandamentos da ley.

- C. i. Amár a deos sobre todas as cousas.
- C. ii. Nam jurár o seu nome em van.
- C. iii. Guardár domingos e festas.
- C. iiii. Honrrar padre e madre.
- C. v. Nam matár.
- C. vi. Nam fornicár.
- C. vii. Nam furtár.
- C. viii. Nam leuantar fálso testemunho.
- C. ix. Nam de fectár a molher do proximo.
- C. x. Nam cobiçar cousa alhea.

Estes dez mandamentos se ençer-ram em dous.

- C. Em amár a deos sobre todas as cousas.
- C. Em amár o próximo como a si mesmo.

Fonte: Gabriel Araújo (2008).

A figura demonstra uma página da obra destacando, inicialmente, uma oração à Virgem Maria, seguida pelos “Dez mandamentos”. Desse modo, a alfabetização da pedagogia jesuítica integra o ensino catequético incorporado à escolarização dos indígenas durante o processo colonizador como parte de uma educação organizada sob a perspectiva de obter o controle da massa.

Além das aprendizagens de cunho teocêntrico, o ensino jesuítico também incorporava nos aprendizes novos hábitos e costumes derivados da sociedade europeia. Meliá (1979) relata que ao chegarem às casas de abc com cabelos enfeitados, as crianças logo tinham suas mechas cortadas. Seus nomes da tradição indígena eram substituídos por outros nomes “civilizados”, apagando, com efeito, suas identidades. Ao que afirma Darcy Ribeiro (1995), a ideia era instruir os índios baseados na catequese enquanto os filhos dos colonos recebiam o ensino que, mais tarde, teria continuidade na Europa.

Além de uma proposta de trabalho inspirada nos pressupostos filosóficos de Aristóteles e São Tomaz de Aquino, a metodologia de todas as suas escolas tinha como base um documento escrito por Inácio de Loyola, o *Ratio Studiorum*, publicado em 1599 (Sangenis, 2004). Em seu núcleo pedagógico, o Rátio valorizava conhecimentos da doutrina cristã e da área das ciências humanas. Enquanto a formação clássica destinava-se aos filhos dos dirigentes da época, não havia pretensão de direcionar os mesmos ensinamentos aos filhos dos indígenas e negros uma vez que esses recebiam apenas o ensino de caráter religioso, ou seja, a catequese. Nas quais, as atividades de leitura e escrita ocorriam por meio de cantos, leituras e celebrações.

Isso posto, entendemos que os jesuítas conheciam o poder da instrução enquanto ferramenta crucial para integrar os índios aos seus projetos religiosos sob a ameaça do protestantismo de Lutero em ascensão. A aplicação do conhecimento, nesse sentido, atuou como mecanismo de controle e manutenção da ordem social. Assim, o contato pioneiro dos indígenas com o processo de alfabetização foi constituído sob a perspectiva de moldá-los conforme os preceitos da civilização ocidental e, com isso, sucumbi-los aos fins políticos e religiosos.

2.2. ALFABETIZAÇÃO INDÍGENA APÓS OS JESUÍTAS – RETOMADA.

A hegemonia pedagógica das escolas da Companhia de Jesus na escolarização dos indígenas brasileiros teve seu fim com a expulsão dos jesuítas em 1759. Fato ocorrido após insatisfação do Marquês de Pombal com o modelo educacional dos missionários que, sob sua ótica, atendia apenas aos interesses da fé. Com isso, buscou neutralizar as ações de ordem religiosa, centralizando a administração colonial à luz dos objetivos do Estado Português, cuja política buscava adquirir capital necessário para transformar-se em metrópole capitalista.

Com essa ruptura, afigurou-se um novo projeto de Educação para o Índio, abolindo a responsabilidade da igreja e passando, definitivamente, para o Estado. Medida que desarranjou a estrutura educacional edificada pelos jesuítas, culminando no fechamento de todos os seus colégios, inclusive, as “casas de abc” (Seco e Amaral, 2006). Em 1757, dois anos após proibir a escravidão indígena em todo o Brasil, foi implementado o Diretório dos Índios, lei redigida em 1755 por D. José. Por meio desse documento, o Marquês de Pombal proibiu o uso das línguas indígenas, obrigando o uso exclusivo da língua portuguesa nas comunidades para equipará-los aos demais habitantes do Brasil. Sua cultura, portanto, deveria ser exterminada.

Ao novo projeto de educação instaurado pela Reforma do Marquês de Pombal, integrou-se o sistema de ensino público. No qual, foram implementadas as aulas régias voltadas ao estudo das humanidades. Essas, por sua vez, frequentadas apenas pela pequena elite local sob o intuito de tornar a nobreza e a burguesia mais intelectualizada, estimulando o desenvolvimento cultural, artístico e científico com profissionais capacitados para assumir os cargos públicos, conforme acentua Zotti: “Restam no Brasil, na educação, as aulas régias para a formação mínima dos que iriam ser educados na Europa” (Zotti, 2004, p. 32).

Diante dos fatos, entendemos que, por muito tempo, a classe dominante tentou guardar para si o privilégio sobre o domínio do saber. A corte e o clero eram os únicos grupos letrados. A supremacia sobre escrita e leitura destinava-se apenas aos seus iguais. A alfabetização, nesse sentido, além de imposta como mecanismo de manutenção do status social e cultural da hegemonia portuguesa foi utilizada

como proposta para controlar o nível de consciência crítica observando o risco e as possíveis ameaças que os povos indígenas poderiam cumprir sob posse de uma nova perspectiva de educação. Sobre esse discurso, atenta-nos Cagliari:

Por que os indivíduos não passaram a ser alfabetizados desde o momento em que se inventou a escrita? Porque isso representaria o compartilhamento do saber e do poder do saber. A igualdade de chances se tornaria perigosa demais para os que quisessem mandar e ter quem lhes obedecesse. Nada melhor do que a ignorância para gerar obediência cega, a subserviência e o conformismo, como destino irrevogável da condição humana (Cagliari, L. C. 2002, p.10).

Por 210 anos, o processo alfabetizador na realidade educacional indígena foi direcionado sob a perspectiva de uma Educação para o índio. Colaborando para assimilá-lo ao sistema de mercado pelos meandros mortais de uma corrente, na qual, “canoa e canoeiro vão se quebrar” (Meliá, 1981, p. 10). Propondo negação à sua cultura, desvinculada de qualquer saber construído para o coletivo dessas populações uma vez que o projeto educacional não atende às suas necessidades. Importante destacar que, antes do contato com os portugueses, os povos originários que aqui viviam já possuíam formas próprias de fazer educação, herdada de seus ancestrais compartilhada pelas gerações através de uma cultura marcada pela oralidade. Um modelo trançado, cuidadosamente, pelas mãos de cada grupo, fundamentado nos próprios métodos e projetos. Sobretudo, nas lutas plurais e na esperança da valorização pelo reconhecimento do conhecimento específico de cada sociedade indígena que preserva nas raízes das suas tradições a cultura de cada povo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desfecho dos nossos escritos, traremos à superfície algumas considerações em torno do ensino elementar alfabetizador implementado no início da escolarização dos povos indígenas sob a perspectiva da educação para o índio. A princípio, entendemos que os missionários jesuítas inauguraram as práticas de ensino alfabetizadoras no âmbito indígena como fruto da ideologia de um sistema sócio-político que buscou obter controle social externo desses grupos. Como parte de um projeto educacional construído sem a participação indígena, à serviço do clero e da coroa para formar soldados contra a reforma protestante ao passo que preparava cidadãos para a sociedade portuguesa. Esvaziando, assim, as perspectivas culturais dos processos próprios das comunidades, em favor da sujeição e destruição das populações tradicionais.

Nesse histórico processo formativo, as práticas de alfabetização basearam-se no ensino técnico da leitura e da escrita através de atividades de natureza teocêntrica. As quais, elaboradas à luz do método sintético, priorizaram o ensino

pela repetição, internalizando valores da ideologia cristã para catequizar e civilizar os indígenas. A introdução da alfabetização para povos indígenas, enquanto parte de um relacionamento social com o Estado português é, assim, concomitante ao início do processo de colonização do país – marcado pelo caráter autoritário, repressivo e violento.

Assim sendo, compreendemos a importância tangente à condução do processo alfabetizador no âmbito indígena enquanto garantia social para o fortalecimento das lutas e validação de direitos conquistados, historicamente, por suas comunidades. Nas quais, aprender a ler e a escrever não apenas integra seus membros no universo da cultura escrita, mas contribui também para a formação de conhecimentos que os tornam participativos e conhecedores dos frutos conquistados pela luta de seus ancestrais. Não se trata, portanto, de meras habilidades pedagógicas, mas do fortalecimento na relação com a sociedade envolvente.

Palavras chave: Educação Indígena; Alfabetização; História da Educação.

REFERÊNCIAS

BARROS, João de; **Cartinha com os preceitos e mandamentos da santa Madre Igreja**: 1539. Gabriel Antunes de Araújo (Organizador). São Paulo: Humanitas. Paulistana, 2008.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.481, de 3 de outubro de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 126, n. 190, 4 out. 1988. Seção 1, parte 1, p. 19291-19292.

_____. CNE. Parecer CNE/CEB nº 14/99 **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena**. Brasília, 1999.

CAGLIARI, L. C; **Alfabetização & Lingüística**. São Paulo: Scipione, 2002.

CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; SILVEIRA, Camila Nunes Duarte. Notas sobre a ação pedagógica da Companhia de Jesus no Brasil de 1549 a 1599. In: TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; RIBAS, Maria Aparecida de Araújo Barreto; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar (Org.). **Origens da educação escolar no Brasil colonial**. Maringá: Eduem, 2012. Vol. 1.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

GRIZZI, Dalva Carmelina Sampaio; LOPES DA SILVA, Aracy; A filosofia e a pedagogia da educação indígena. In: LOPES DA SILVA, Aracy. **A questão da Educação Indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

KLEIN, Luiz Fernando; **Trajetória da educação jesuítica no Brasil**. Ciclo de debates. São Paulo: 2016.

LOPES DA SILVA, Aracy; por que discutir hoje a educação indígena? In: LOPES DA SILVA, Aracy. **A questão da Educação Indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MELIÁ, Bartlomeu. Educação Indígena e Alfabetização. São Paulo: Edições Loyola, 1979.

_____; trançados da educação indígena. In: LOPES DA SILVA, Aracy. **A questão da Educação Indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MENEZES, Maria Christine Berdusco. **A política de educação escolar indígena e o processo de alfabetização em uma comunidade Kaingang no Paraná**. Universidade Estadual de Maringá – UEM. Tese. Maringá - PR, 2016.

MOTA, Lúcio Tadeu; NOVAK, Éder da Silva. **Os Kaingang do vale do rio Ivaí**: história e relações interculturais. Maringá: Eduem, 2008

NEVES, Josélia Gomes. **Cultura escrita em contextos indígenas**. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Tese. Araraquara, SP, 2009

PAIVA, José Maria de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA Filho, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). 500 Anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. 3. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Cortez, 1987.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na Educação brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. vol. I – séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 93-107.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. Faculdade de educação da UNICAMP, São Paulo, 2006

SILVA, Maria do Socorro Pimentel. **A situação sociolingüística dos Karajá de Santa Isabel do Morro e Fontoura**. Brasília, DF: FUNAI/DEDOC, 2001.